



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

EDITAL RETIFICADO Nº 01/2020 – PROAE/PROPPG

**EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE VAGAS NA MORADIA ESTUDANTIL PARA
DISCENTES DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFERSA**

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital e convoca discentes de cursos de pós-graduação *Stricto sensu* (mestrado e doutorado) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA a participarem do processo de seleção para a moradia estudantil, a ser realizado de acordo com as normas aprovadas e as disposições contidas no presente Edital.

1 – DA FINALIDADE

O presente edital tem por finalidade selecionar discentes de pós-graduação *Stricto sensu* (mestrado e doutorado), devidamente matriculados na UFERSA, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando a oferta de vagas na moradia estudantil para ampliar as condições de permanência na Instituição.

2 – DO PERFIL DISCENTE

Serão selecionados discentes de pós-graduação *Stricto sensu* (mestrado e doutorado) da UFERSA que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que comprovem renda familiar *per capita* de até 01 (um) salário mínimo e meio de referência nacional e cumpram os requisitos estabelecidos neste edital.

3 – DA MORADIA ESTUDANTIL

Consiste em conceder moradia temporária em uma das unidades residenciais para os/as discentes de pós-graduação *Stricto sensu* (mestrado e doutorado) que não tenham residência familiar na cidade de Mossoró/RN.

4 – DAS VAGAS

Serão ofertadas **12** (doze) vagas, conforme tabela abaixo:

MODALIDADE	CAMPUS MOSSORÓ	
	CASA FEMININA	CASA MASCULINA
Moradia Estudantil	05	07

5 – DO PROCESSO SELETIVO

5.1 DAS INSCRIÇÕES

As inscrições no processo seletivo serão realizadas obedecendo aos prazos estabelecidos no presente edital e mediante os seguintes passos:

1º Passo:

Inscrição no Cadastro Único no SIGAA, disponível em <http://sigaa.ufersa.edu.br>, **no período que se inicia às 08h00min do dia 27 de fevereiro de 2020 e se encerra às 11h00min do dia 13 de março de 2020**. Após entrar no SIGAA o(a) discente deverá acessar o PORTAL DO DISCENTE, em seguida o menu **Bolsas**, clicar na opção **Aderir ao Cadastro Único**, preencher os campos que se apresentam, incluindo o **Questionário Sócio Econômico** e, por fim, **confirmar a inscrição**.

2º Passo:

Realizado o procedimento descrito acima, o(a) discente deverá retornar ao menu **Bolsas** e clicar na opção **Solicitação de Bolsa/Auxílio/Moradia**. Em seguida clicar em MORADIA ESTUDANTIL (PÓS-GRADUAÇÃO), e para finalizar clicar em **Confirmar**. Após a confirmação da solicitação, **imprimir o comprovante de inscrição** para garantia do(a) candidato(a) de que a inscrição foi efetivada no SIGAA.

3º Passo:

Imprimir e preencher o Formulário de Inscrição (Anexo I) e entregar pessoalmente ou por procurador junto com a Documentação Exigida para Inscrição (Anexo II), na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/PROAE.

- NÃO** serão aceitos documentos **enviados pelos correios**.
- NÃO** serão aceitos documentos entregues **após o término dos prazos de inscrição**.

Ao inscrever-se o(a) candidato(a) ratifica sua aceitação às normas e condições estabelecidas no Regulamento do Programa Institucional Permanência da Ufersa e neste Edital.

5.2 DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

O Formulário de Inscrição (Anexo I) e a Documentação Exigida para Inscrição (Anexo II) deverão ser entregues, nos dias úteis, conforme data, local e horário especificado no quadro abaixo.

MOSSORÓ	MODALIDADE	DATA	HORÁRIO	LOCAL
	Moradia Estudantil (Pós-Graduação)	11/03/2020 a 13/03/2020	08h às 13h	Sala da PROAE 1º andar do Prédio da Reitoria

5.3 DOS CRITÉRIOS PARA PRÉ-SELEÇÃO

Somente será considerado(a) apto(a) a participar do processo seletivo, o(a) candidato(a) que preencher as seguintes condições:

5.3.1 Estar regularmente matriculado(a) em curso de pós-graduação *Stricto sensu* (mestrado e doutorado) da UFERSA;

5.3.2 Não ter bolsa de mestrado ou doutorado;

5.3.3 Não ter sido punido(a) por atos contra os regimentos da UFERSA, da PROAE e da PROPPG;

5.3.4 Ter renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo e meio de referência nacional, aferida pela PROAE, através da análise de documentos comprobatórios a serem fornecidos pelo(a) discente, bem como pela avaliação do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica;

5.3.5 Fazer a inscrição no Cadastro Único disponível no SIGAA (<https://sigaa.ufersa.edu.br/>) e solicitar a inscrição na moradia estudantil (pós-graduação), conforme orientações constantes no item 5.1;

5.3.6 Entregar o Formulário de Inscrição (Anexo I) e a Documentação Exigida para Inscrição (Anexo II), conforme orientações constantes no item 5.2.

5.4 DA SELEÇÃO

O(A) discente será selecionado(a) pelo Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica - IVS, o qual é estabelecido a partir da coleta de informações constantes no Cadastro Único e pela análise dos documentos exigidos neste edital.

A avaliação dos documentos consiste na verificação da procedência e fidedignidade das informações fornecidas pelos discentes quando da inscrição no Cadastro Único.

Quando a documentação estiver incompleta os(as) candidatos(as) poderão ter suas inscrições indeferidas.

Em caso de empate no Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica será considerado para efeito de desempate os seguintes critérios na ordem que segue: maior distância da cidade

de origem ao Campus da UFERSA em que esteja matriculado e situação socioeconômica do grupo familiar.

Podem ser realizadas, ainda, entrevistas e visitas domiciliares para esclarecimentos e comprovações que se fizerem necessárias.

A visita domiciliar consiste na verificação *in loco* das informações constantes no Cadastro Único, bem como a comprovação de autenticidade destas informações nos casos em que a PROAE e a PROPPG julguem necessário. Esta visita poderá ser realizada a qualquer tempo, inclusive durante a vigência da vaga na moradia estudantil.

6 – DOS RESULTADOS

O resultado da seleção será divulgado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE e pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG, no Portal da UFERSA, conforme quadro abaixo.

MODALIDADE	RESULTADO
Moradia Estudantil (Pós-Graduação)	Até dia 26/03/2020

7 – DO TERMO DE COMPROMISSO

Os(as) discentes selecionados(as) serão convocados(as) pelo setor responsável, por meio dos Portais Eletrônicos conforme quadro abaixo, para participarem de uma reunião para assinatura do Termo de Compromisso, a qual tratará do objetivo, das competências, da vigência e da rescisão dos benefícios. A participação na reunião é condição obrigatória para ingresso na vaga.

SETOR	PORTAL ELETRÔNICO
PROAE	https://proae.ufersa.edu.br/
PROPPG	https://proppg.ufersa.edu.br/

8 – DOS RECURSOS

Caso o(a) candidato(a) sinta-se prejudicado(a) quanto a sua classificação poderá, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do resultado parcial, interpor recurso junto ao setor responsável pela seleção em cada *campus* por meio do Formulário de Recurso (Anexo XIV). O setor terá 03 (três) dias úteis para se posicionar.

9 – DOS ANEXOS

- a) Anexo I – Formulário de Inscrição;
- b) Anexo II – Documentação Exigida para Inscrição;

- c) Anexo III – Declaração de Trabalho Autônomo;
- d) Anexo IV – Declaração de Trabalho Informal;
- e) Anexo V – Declaração de Trabalho Eventual;
- f) Anexo VI – Declaração de União Estável;
- g) Anexo VII – Declaração de Separação Não Judicial;
- h) Anexo VIII – Declaração de Agricultor/Pescador/Artesão;
- i) Anexo IX – Declaração de Renda por meio de Locação de Imóveis;
- j) Anexo X – Declaração de Desemprego;
- k) Anexo XI – Declaração de Ajuda Financeira de Terceiros;
- l) Anexo XII – Declaração de Recebimento de Pensão Alimentícia;
- m) Anexo XIII – Declaração que não possui carteira de trabalho (CTPS);
- n) Anexo XIV – Formulário de Recurso;

10 – DOS CONTATOS E INFORMAÇÕES

Caso haja dúvidas quanto ao processo seletivo, procurar os setores responsáveis, conforme indicado abaixo.

SETOR	TELEFONE	ENDEREÇO	PORTAL ELETRÔNICO EMAIL
PROAE	(84) 3317-8208 (84) 3317-8239	Av. Francisco Mota, 572 – 1º Andar do Prédio da Reitoria. Bairro Costa e Silva – Mossoró-RN	https://proae.ufersa.edu.br/ proae@ufersa.edu.br
PROPPG	(84) 3317-8296 (84) 3317-8295	Av. Francisco Mota, 572, Campus leste, Bairro Costa e Silva, Mossoró- RN – CEP: 59.625-900	https://proppg.ufersa.edu.br/ proppg@ufersa.edu.br

11 – DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	DATAS
Lançamento do Edital	21/02/2020
Inscrições no SIGAA	Das 08h00min do dia 27/02/2020 até às 11h00mim do dia 13/03/2020
Entrega de documentação	De 11/03/2020 a 13/03/2020
Resultado Parcial	Até 26/03/2020
Resultado Final	Até 31/03/2020

12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A PROAE e a PROPPG reservam-se ao direito de realizar sindicância para averiguar as informações prestadas pelos discentes no processo seletivo, bem como rever, a qualquer momento, o benefício concedido mediante comprovada má fé nas informações prestadas e na documentação entregue.

É de responsabilidade exclusiva do candidato(a) a observância dos procedimentos e prazos estabelecidos no presente edital, bem como a verificação dos documentos exigidos para seleção e o acompanhamento das etapas e comunicados quanto ao processo seletivo.

A qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, a Universidade poderá realizar a reavaliação da inscrição do(a) discente, com o devido estudo social do caso e constatada qualquer irregularidade, o(a) discente poderá ser punido(a).

Portanto, a realização de inscrição em situação de contradição, incompatibilidade ou irregularidade com qualquer um dos requisitos, bem como sob omissões de declarações necessárias, prestação de falsas declarações ou qualquer conduta de prejuízo aos requisitos ou má fé justificará:

a) Suspensão ou cancelamento imediato de acesso ao benefício;

Ficando, desta forma, o(a) discente impedido(a) de concorrer ao Edital do período letivo subsequente, sem prejuízo das sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, conforme a Lei nº 7.115/1983 e art.299 do Código Penal.

Os casos omissos e excepcionais serão apreciados pela PROAE e PROPPG.

Mossoró, 03 de março de 2020.

Vania Christina Nascimento Porto
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

Jean Berg Alves da Silva
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

			
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO			
PROCESSO SELETIVO PARA A MORADIA ESTUDANTIL (PÓS-GRADUAÇÃO) EDITAL PROAE/PROPPG Nº 01/2020			
1. DADOS PESSOAIS			
Nome do(a) discente:			
Matrícula:		Curso:	
Data de Nascimento: / /		CPF:	
RG:	Órgão Emissor:		UF:
Estado Civil:		Cônjuge:	
Dados Bancários (do(a) discente):			
Banco:	Agência:	Conta corrente:	Operação (somente contas da CAIXA):
Endereço (do(a) discente na cidade do Campus em que está matriculado, se houver):			
Bairro:		CEP:	
E-mail (do(a) discente):			
Telefones para contato (do(a) DISCENTE):			
Telefones para contato (da FAMÍLIA):			
Endereço (da FAMÍLIA):			
Bairro:		Ponto de referência:	
Município:		UF:	CEP:
2. MODALIDADE DE BENEFÍCIO			
<input type="checkbox"/> Moradia Estudantil (Pós-Graduação)			

3. COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR (incluir o próprio discente)

N.º	Nome (somente 1º nome)	Parentesco em relação ao discente	Idade	Escolaridade	Profissão/ Função	Renda Mensal
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						

4. JUSTIFIQUE CLARAMENTE OS MOTIVOS DE SUA SOLICITAÇÃO (acrescentar todas as informações que julgar necessárias relativas às condições socioeconômicas de sua família)

5. TERMO DE CONCORDÂNCIA

Declaro que conheço e que estou de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos neste processo de seleção, conforme Edital PROAE/PROPPG nº 01/2020, e que estou ciente de que poderei ser desclassificado (a) do processo seletivo, perder o benefício e/ou ressarcir os valores pagos se, a qualquer tempo, for constatada pela UFERSA alguma inveracidade ou omissão nas informações por mim fornecidas para o processo seletivo.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do Discente

ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA INSCRIÇÃO

IMPORTANTE: O(a) discente deverá apresentar cópias **LEGÍVEIS**, não serão aceitas cópias reprográficas de documento com trecho apagado, danificado ou rasurado, de modo a conter parte ininteligível, ilegível ou de difícil leitura.

DO CANDIDATO:

1	ORIGINAL	<ul style="list-style-type: none"> Formulário de Inscrição (Anexo I);
2	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Carteira de Identidade (RG) e CPF; e Certidão de nascimento;
3	ORIGINAL E CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Extrato bancário referente aos três últimos meses;
	ORIGINAL	<ul style="list-style-type: none"> Caso não possua conta bancária, apresentar Certidão Negativa de Relacionamento com o Sistema Financeiro (https://www3.bcb.gov.br/nadaconsta/emitirCertidaoCCS);
4	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Histórico escolar do ensino médio frente e verso; Declaração de bolsista, caso tenha estudado em escola particular com bolsa INTEGRAL (100%);
5	ORIGINAL E CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Carteira de trabalho profissional (CTPS), cópia das páginas onde consta: a identificação do trabalhador, a admissão/rescisão do último contrato de trabalho e a próxima página em branco, mesmo que nunca tenha trabalhado;
	ORIGINAL	<ul style="list-style-type: none"> Declaração que não possui carteira de trabalho (Anexo XIII), se for o caso;
	ORIGINAL	<ul style="list-style-type: none"> Declaração de Desemprego (Anexo X), se for o caso;
6	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Em caso de discente casado(a) ou de união estável anexar documentação comprobatória (certidão de casamento) ou;
	ORIGINAL	<ul style="list-style-type: none"> Declaração de união estável - Anexo VI)
7	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Em caso de discente separado(a), anexar certidão de divórcio ou;
	ORIGINAL	<ul style="list-style-type: none"> Declaração de separação não judicial (Anexo VII);
8	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Declaração da instituição da atividade remunerada (pesquisa, extensão, PET, monitoria, estágio e outras) indicando o prazo de duração e o valor da remuneração;
9	ORIGINAL	<ul style="list-style-type: none"> Em caso de discente que receba auxílio financeiro de pessoa(s) que não faz(em) parte do grupo familiar, apresentar Declaração de ajuda financeira de terceiros (Anexo XI);
10	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Diploma de curso superior de Graduação ou de Tecnólogo, se houver;
11	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Comprovante do Cadastro Único do Governo Federal – CADÚnico (folha resumo) em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/consulta_cidadao/

DOS MEMBROS DO GRUPO FAMILIAR (Entende-se por GRUPO FAMILIAR o conjunto de pessoas relacionadas por consanguinidade ou por afinidade que contribuam para a renda ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar).

1	Para os membros menores de idade ou maiores de 18 solteiros:	
	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Certidão de nascimento, RG e CPF; Se houver, Termo de Guarda, Tutela ou Curatela.
2	Para os membros casados:	
	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> RG, CPF e;
	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Certidão de casamento ou;
	ORIGINAL	<ul style="list-style-type: none"> Declaração de união estável (Anexo VI);
3	Para os membros Separados judicialmente:	
	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> RG, CPF, certidão de casamento com averbação de divórcio;
4	Para os membros Separado não judicialmente:	
	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> RG, CPF, certidão de nascimento ou certidão de casamento e;

	ORIGINAL	• Declaração de separação não judicial (Anexo VII);
5	<u>Para todos os membros maiores de 18 anos:</u>	
	CÓPIA	• Certidão de nascimento, RG e CPF;
	ORIGINAL E CÓPIA	• Carteira de Trabalho (CTPS), cópia das páginas onde constam a identificação do trabalhador, a admissão/rescisão do último contrato de trabalho e a próxima página em branco (mesmo que nunca tenha trabalhado de carteira assinada);
	ORIGINAL	• Declaração que não possui carteira de trabalho (Anexo XIII), se for o caso;
	CÓPIA	• Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física, para todos aqueles que efetuaram a entrega no ano anterior;
	ORIGINAL E CÓPIA	• Extrato bancário referente aos três últimos meses;
	ORIGINAL	• Caso não possua conta bancária, apresentar Certidão Negativa de Relacionamento com o Sistema Financeiro (https://www3.bcb.gov.br/nadaconsta/emitirCertidaoCCS);

COMPROVANTES DE SITUAÇÃO OCUPACIONAL: Deverá comprovar a situação de trabalho/renda de todas as pessoas maiores de 18 anos, inclusive do próprio discente, que compõe o grupo familiar, conforme se enquadre nas situações listadas abaixo:

1	<u>Desempregado:</u>	
	ORIGINAL	• Declaração de Desemprego (Anexo X);
	CÓPIA	• Seguro Desemprego (caso esteja desempregado há menos de 1 ano); • Comprovação de recebimento das parcelas do Seguro Desemprego;
2	<u>Agricultor(a)/Pescador(a)/Artesão(ã):</u>	
	ORIGINAL	• Declaração de Atividade Agricultor(a)/Artesão(ã)/Pescador(a) (Anexo VIII); e
	CÓPIA	• Imposto Territorial Rural – ITR, se agricultor; e • Declaração do Sindicato com a respectiva especificação do rendimento atualizado;
3	<u>Aposentado/pensionista/recebendo auxílio do INSS:</u>	
	CÓPIA	• Comprovante de pagamento do benefício dos últimos três meses disponível em: https://meu.inss.gov.br/central/index.html#/ .
4	<u>Empregado(a) doméstico(a) com carteira assinada:</u>	
	ORIGINAL E CÓPIA	• Contracheque ou recibo de pagamento referente aos três últimos meses;
5	<u>Trabalhador(a) formal de empresa privada:</u>	
	ORIGINAL E CÓPIA	• Contracheque ou recibo de pagamento referente aos três últimos meses;
6	<u>Trabalhador(a) eventual</u> (esporádico, sem vínculo e sem recolhimento de imposto):	
	ORIGINAL	• Declaração de Trabalho Eventual (Anexo V);
7	<u>Trabalhador(a) informal</u> (regular, sem vínculo e sem recolhimento de imposto):	
	ORIGINAL	• Declaração de Trabalho Informal (Anexo IV);
8	<u>Trabalhador(a) autônomo(a)</u> (regular, sem vínculo e com recolhimento de imposto):	
	ORIGINAL E CÓPIA	• Recibo de pagamento autônomo – RPA referente aos três últimos meses; ou
	ORIGINAL	• Declaração de Trabalho Autônomo (Anexo III);
9	<u>Microempreendedor(a) individual (trabalha por conta própria e é legalizado):</u>	
	CÓPIA	• Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ; e • Relatório mensal das receitas brutas dos três últimos meses; e • Cópia do SIMPLES;
10	<u>Comerciante (comércio varejista de pequeno porte):</u>	
	CÓPIA	• Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, se houver;

	ORIGINAL E CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Comprovante de rendimentos (pró-labore) dos últimos três meses emitido pelo contador;
11	<u>Empresário/a (proprietário ou dirigente de empresa):</u>	
	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ; e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
12	<u>Profissional liberal (possui formação universitária ou técnica e trabalha por conta própria):</u>	
	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Declaração de Imposto de Renda de 2017 (se houver); e
	ORIGINAL	<ul style="list-style-type: none"> Recibos do(s) serviço(s) realizado(s) nos últimos três meses;
13	<u>Servidor(a) Público Municipal, Estadual e Federal ativo(a) ou aposentado(a):</u>	
	ORIGINAL E CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Contracheque ou recibo de pagamento referente aos três últimos meses;
14	<u>Beneficiário do Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal:</u>	
	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Cartão contendo Número de Identificação Social – NIS.
	ORIGINAL E CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Comprovante do recebimento do benefício atualizado, no qual conste o valor;
15	<u>Beneficiário do Benefício de Prestação Continuada – BPC:</u>	
	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Comprovante de pagamento do benefício dos últimos três meses disponível em: https://meu.inss.gov.br/central/index.html#/.
16	<u>Bolsista/Estagiário (atividade remunerada):</u>	
	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Declaração de atividade remunerada (pesquisa, extensão, PET, monitoria, estágio e outras) indicando o prazo de duração e o valor da remuneração;
17	<u>Pensão alimentícia:</u>	
	ORIGINAL	<ul style="list-style-type: none"> Declaração de Recebimento de Pensão Alimentícia (Anexo XII);
18	<u>Renda por meio de locação de imóveis:</u>	
	ORIGINAL	<ul style="list-style-type: none"> Declaração de Renda por meio de Locação de Imóveis (Anexo IX); e
	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Contrato de locação;

DEMAIS COMPROVANTES:

1	<u>Moradia:</u>	
	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Água, energia, telefone e internet: cópia atualizada das referidas faturas constando o nome do proprietário, endereço e o valor;
	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Aluguel: comprovar através de recibo de pagamento, contrato, depósito bancário, fatura de condomínio, etc. (se for o caso);
	CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Caso resida em casa do estudante, pensão ou pensionato, apresentar declaração de residente;
	OBS.: Caso o DISCENTE não resida com seus pais ou responsáveis financeiros, deverá comprovar as despesas <u>dos dois domicílios</u> (residência da família e do discente).	
2	<u>Saúde:</u>	
	ORIGINAL E CÓPIA	<ul style="list-style-type: none"> Laudo ou atestado emitido nos últimos 18 meses contendo a Classificação Internacional de Doenças – CID 10, no caso de um ou mais membros do grupo familiar ter sido diagnosticado com doenças crônicas graves ou incapacitantes, transtornos mentais ou deficiências com aspectos limitantes; Exames que atestem a condição de doença ou deficiência, se houver.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE TRABALHO AUTÔNOMO

Eu, _____,
portador do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº
_____, declaro para os devidos fins, que sou trabalhador autônomo,
exercendo a função de _____, não constante na
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), recebendo renda bruta nos três últimos
meses conforme valores descritos abaixo:

- 1) R\$ _____;
- 2) R\$ _____;
- 3) R\$ _____.

Estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos ou divergentes implicam, a qualquer tempo, no cancelamento dos BENEFÍCIO(S), se concedido(os), e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a UFERSA averiguar as informações acima.

_____ (Cidade/UF), _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

Atenção: No caso de pessoas que **não** são isentas da **Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física**, anexar também a referida declaração **completa e atualizada**.

Dispõe o art. 299 do Código Penal: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular"

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE TRABALHO INFORMAL

Eu, _____,
portador do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº _____,
declaro para os devidos fins, que sou trabalhador informal,
exercendo a função de _____, não constante na
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), recebendo renda bruta nos três últimos
meses conforme valores descritos abaixo:

- 1) R\$ _____;
- 2) R\$ _____;
- 3) R\$ _____.

Estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos ou divergentes implicam, a qualquer tempo, no cancelamento dos BENEFÍCIO(S), se concedido(os), e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a UFERSA averiguar as informações acima.

_____ (Cidade/UF), _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

Atenção: No caso de pessoas que **não** são isentas da **Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física**, anexar também a referida declaração **completa e atualizada**.

Dispõe o art. 299 do Código Penal: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular"

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE TRABALHO EVENTUAL

Eu, _____,
portador do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº _____,
declaro para os devidos fins, que sou trabalhador eventual,
exercendo a função de _____, não constante na
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), recebendo renda bruta nos três últimos
meses conforme valores descritos abaixo:

- 1) R\$ _____;
- 2) R\$ _____;
- 3) R\$ _____.

Estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos ou divergentes implicam, a qualquer tempo, no cancelamento dos BENEFÍCIO(S), se concedido(os), e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a UFERSA averiguar as informações acima.

_____ (Cidade/UF), _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

Atenção: No caso de pessoas que **não** são isentas da **Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física**, anexar também a referida declaração **completa e atualizada**.

Dispõe o art. 299 do Código Penal: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular"

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

Eu, _____,
nacionalidade: _____, estado
civil: _____, profissão: _____, portador
do RG nº _____, emitida por _____, inscrito no CPF sob o
nº _____, e

_____,
nacionalidade: _____, estado
civil: _____, profissão: _____, portador
do RG nº _____, emitida por _____, inscrito no CPF sob o
nº _____, ambos domiciliados nesta cidade de
_____ e residente na _____

_____, nº _____, Bairro: _____, CEP _____,

juridicamente capazes, DECLARAMOS, cientes das penalidades legais, que convivemos em **UNIÃO ESTÁVEL** desde ____/____/____, de natureza familiar, pública e duradoura com o objetivo de constituição da família nos termos dos artigos 1723 e seguintes do Código Civil. Assim sendo, por ser o aqui declarado a mais pura expressão da verdade, assinamos esta Declaração para que surta seus efeitos legais.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

1º Declarante

2º Declarante

TESTEMUNHAS:

1) NOME: _____

RG: _____

CPF: _____

TELEFONE: _____

2) NOME: _____

RG: _____

CPF: _____

TELEFONE: _____

Dispõe o art. 1.723 do Código Civil: "É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família."

Dispõe o art. 299 do Código Penal: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular"

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE SEPARAÇÃO NÃO JUDICIAL

Eu _____,
portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____,
brasileiro(a), casado(a) com _____,
declaro sob as penas da Lei (crime de falsidade ideológica), que me encontro separado(a)
de corpos desde a data de _____, _____ de _____ .

Declaro ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta declaração,
estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações ou documentos
falsos ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição do discente
_____ no Processo
Seletivo do Programa Institucional Permanência da UFERSA, ou devolução de valores
recebidos. Autorizo a UFERSA averiguar as informações acima.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura

TESTEMUNHAS:

1)	2)
NOME: _____	NOME: _____
RG: _____	RG: _____
CPF: _____	CPF: _____
TELEFONE: _____	TELEFONE: _____

Dispõe o art. 299 do Código Penal: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular"

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE AGRICULTOR(A)/PESCADOR(A)/ARTESÃO(Ã)

Eu, _____,
portador do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº _____,
declaro para os devidos fins, que sou trabalhador que exerce
atividade rural, não constante na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS),
recebendo renda bruta nos três últimos meses conforme valores descritos abaixo:

- 1) R\$ _____;
- 2) R\$ _____;
- 3) R\$ _____.

Estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos ou divergentes implicam, a qualquer tempo, no cancelamento dos BENEFÍCIO(S), se concedido(os), e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a UFRSA averiguar as informações acima.

_____ (Cidade/UF), ____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

Atenção: No caso de pessoas que **não** são isentas da **Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física**, anexar também a referida declaração **completa e atualizada**.

Dispõe o art. 299 do Código Penal: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular"

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE RENDA POR MEIO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Eu, _____,
portador do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº _____,
declaro para os devidos fins, que recebi renda bruta referente à
locação de _____,
nos três últimos meses conforme valores descritos abaixo:

- 1) R\$ _____;
- 2) R\$ _____;
- 3) R\$ _____.

Estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos ou divergentes implicam, a qualquer tempo, no cancelamento dos BENEFÍCIO(S), se concedido(os), e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a UFERSA averiguar as informações acima.

_____ (Cidade/UF), _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

Atenção: No caso de pessoas que **não** são isentas da **Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física**, anexar também a referida declaração **completa e atualizada**.

Dispõe o art. 299 do Código Penal: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular"

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE DESEMPREGO

Eu, _____,
portador do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº
_____, declaro para os devidos fins, que não exerci nenhum tipo de
atividade remunerado no ano de _____, sendo dependente financeiramente de
_____, que é _____
(informar grau de parentesco) portador(a) do RG nº _____ e inscrito
no CPF sob o nº _____.

Estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos ou divergentes implicam, a qualquer tempo, no cancelamento dos BENEFÍCIO(S), se concedido(os), e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a UFERSA averiguar as informações acima.

_____ (Cidade/UF), _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

Atenção: No caso de pessoas que **não** são isentas da **Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física**, anexar também a referida declaração **completa e atualizada**.

Dispõe o art. 299 do Código Penal: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular"

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE AJUDA FINANCEIRA DE TERCEIROS

Eu, _____,
portador do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº _____,
declaro para os devidos fins, que recebo ajuda financeira de _____ (nome completo da pessoa),
CPF nº _____ que exerce a profissão de _____
que é _____ (vínculo com o discente), nos últimos três meses
conforme valores descritos abaixo:

- 1) R\$ _____;
- 2) R\$ _____;
- 3) R\$ _____.

Estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos ou divergentes implicam, a qualquer tempo, no cancelamento dos BENEFÍCIO(S), se concedido(os), e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a UFRSA averiguar as informações acima.

_____ (Cidade/UF), _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

Atenção: No caso de pessoas que **não** são isentas da **Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física**, anexar também a referida declaração **completa e atualizada**.

Dispõe o art. 299 do Código Penal: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular"

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____,
portador do RG nº _____, e CPF nº _____, declaro sob
responsabilidade e penas da lei, que recebo mensalmente pensão alimentícia, no valor de
R\$ _____, paga por _____.

Estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos ou divergentes implicam, a qualquer tempo, no cancelamento dos BENEFÍCIO(S), se concedido(os), e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a UFERSA averiguar as informações acima.

_____ (Cidade/UF), ____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

DADOS DE QUEM PAGA A PENSÃO

Nome: _____
CPF: _____ RG: _____
Endereço completo: _____
Telefone(s): _____

DADOS DOS BENEFICIÁRIOS DA PENSÃO

Nome: _____ Idade: _____
Nome: _____ Idade: _____
Nome: _____ Idade: _____

Dispõe o art. 299 do Código Penal: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular"

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI CARTEIRA DE TRABALHO

Eu, _____,
portador do RG nº _____, órgão expedidor _____, e CPF nº _____,
declaro para os devidos fins que não possuo Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), pelo seguinte motivo (selecione uma opção abaixo):

- Nunca solicitei a emissão;
- Perdi/extraviei e registrei Boletim de Ocorrência;
- Perdi/extraviei e não registrei Boletim de Ocorrência;
- Outros: _____

Estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos ou divergentes implicam, a qualquer tempo, no cancelamento dos BENEFÍCIO(S), se concedido(os), e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis. Autorizo a UFERSA averiguar as informações acima.

_____ (Cidade/UF), _____ de _____ de _____.

Assinatura do Declarante

Dispõe o art. 299 do Código Penal: “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular”

